

ASSINADO CONTRATO PARA CONSTRUÇÃO DA SEDE DA PROMOTORIA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE



Solenidade de assinatura do contrato para construção da sede da Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude. Da esquerda para direita: Corregedor-Geral, Amarílio Tadeu de Almeida; mestre de cerimônias, Luciana Traverso; Procurador-Geral de Justiça, Eduardo Albuquerque; representante da Construtora Augusto Velloso S.A, João Damasco Júnior; Diretor-Geral Substituto, Marco César Giraldes; Promotora-Chefe da Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e Juventude, Leslie Marques de Carvalho, acompanhada pelas Promotoras de Justiça que atuam na Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e Juventude Selma Sauerbronn de Souza e Yara Maciel Camelo

À medida em que se amplia o reconhecimento da sociedade à atuação do Ministério Público, a Instituição passa a registrar um aumento do volume diário da demanda por serviços prestados aos cidadãos do Distrito Federal. Para que o MPDFT continue a executar rigorosa e fielmente os seus deveres constitucionais e possa acompanhar a crescente demanda, a Procuradoria-Geral vem atuando, junto ao Congresso Nacional, para a aprovação do Projeto de Lei (3.010/2000), que dispõe sobre a criação de cargos de Procurador de Justiça, de Promotor de Justiça e de Promotor de Justiça Adjunto.

Assim, atenta ao agravamento das dificuldades operacionais por que passam os Membros do MPDFT, a Procuradoria-Geral, além de ampliar o quadro funcional da Instituição, busca oferecer estrutura física para que o trabalho seja realizado com eficácia. Em sintonia com essas prioridades, a Direção-Geral trabalha com o objetivo de oferecer instalações definitivas para Promotorias localizadas nas cidades do DF que, hoje, ocupam espaços cedidos pelos fóruns daquelas circunscrições.

Exemplo disso, foi a assinatura, em 18 de junho, pelo Procurador-Geral de

Justiça, Eduardo Albuquerque, do contrato para o início da construção da nova sede da Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e Juventude. O ato teve a presença do diretor técnico da Construtora Augusto Velloso, João Batista Damasco Júnior, representante da empresa vencedora da licitação da obra, em que concorreram 14 empresas. O prazo de entrega da sede está estimado em 24 meses, a partir da assinatura do contrato, e o valor da obra está fixado em R\$ 3.270.423,45, sendo que o metro quadrado equivale a R\$ 654,00. De acordo com a Direção-Geral, o valor da obra ficou 6% abaixo do estimado pelo MPDFT.

A sede da Infância irá atender tanto à necessidade de maior espaço físico, quanto à questão de funcionalidade. O projeto arquitetônico seguirá o padrão já edificado em Taguatinga, com três pavimentos (1º andar, térreo e pavimento semi-enterrado), onde funcionarão os setores de apoio e administrativo, lanchonete, sala de informática, jardim interno, garagem e uma copa por pavimento. Os deficientes físicos terão facilidades de acesso à Promotoria por meio de vagas específicas para

automóveis, rampas e banheiros adaptados.

O início da construção da sede da Promotoria de Defesa da Infância e Juventude foi antecipado para este ano, como resultado do esforço da Procuradoria-Geral junto aos parlamentares da bancada do DF, no Legislativo Federal, que garantiram, em emendas ao Orçamento de 2001, verbas necessárias para o projeto.

Para acompanhar o processo de edificação de novas sedes, o MPDFT conta com o trabalho especializado da Assessoria de Engenharia e Arquitetura (AEA), presente em todas as fases do processo, desde a busca e escolha do terreno ideal (próximo aos fóruns), processo de cessão do terreno, licitação e acompanhamento da obra, realização da empreitada e fiscalização dos procedimentos administrativos do empreendimento.

A Direção-Geral comemora, assim, o primeiro ano de gestão da atual Procuradoria-Geral, com resultados expressivos.

Veja na página 5 em que fases se encontram as futuras sedes de Promotorias.

Saiba mais

Ações do MPDFT em defesa dos consumidores e para impedir violação de princípios Constitucionais. Pág. 8

DESTAQUE

ASSOCIAÇÃO DOS MEMBROS



Solenidade de posse da nova diretoria da Associação do MPDFT, em 27 de abril de 2001, reuniu (da esquerda para a direita) Amauri de Carvalho, Adjunto do Advogado-Geral da União; Walter Ferreira Filho, presidente do Instituto dos Magistrados do DF; Ricardo de Andrade, representando a Associação Goiana do Ministério Público; Regina Fátima Butrus, presidente da Associação do MPT; Hermenegildo Fernandes Gonçalves, representando o TJDFT; Leonardo Azeredo Bandarra, presidente da Associação do MPDFT;

Maurício Silva Miranda, ex-presidente da Associação do MPDFT; Eduardo Albuquerque, Procurador-Geral de Justiça do MPDFT; Carlos Frederico Silva, presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República; José Carlos de Carvalho, presidente da Associação do MPM; Desembargador Mário Machado, presidente da Associação dos Magistrados; José Pimentel Neto, presidente da Fundação Escola Superior do MPDFT; Jean Paulo Lima, presidente da Associação dos Servidores do MPDFT.

CONDECORAÇÕES

MEDALHA TIRADENTES - PMDF



A Polícia Militar do DF condecorou, em onze de maio, com a Medalha Tiradentes, o Procurador-Geral de Justiça Eduardo Albuquerque, a Procuradora de Justiça e Coordenadora da Câmara de Revisão Criminal, Lenir de Azevedo, e o Assessor Militar do MPDFT, Major Antônio J. Ferreira. A Medalha, considerada a mais alta insígnia da PMDF, representa o reconhecimento da Corporação pelo trabalho desenvolvido pelos agraciados.

ORDEM DO MÉRITO BRASÍLIA



Membros do MPDFT receberam do Governo do DF, em 26 de abril, a condecoração da Ordem do Mérito Brasília, como demonstração de gratidão ou admiração do povo e do governo local. Os Promotores de Justiça Moisés de Freitas, Mário Perez, Andreilino Filho e Selma Sauerbronn foram condecorados no grau de Oficial; a Procuradora de Justiça Maria de Lourdes Abreu, no grau Comendador, e o Procurador-Geral de Justiça, Eduardo Albuquerque, no grau de Grande Oficial.

Boletim do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, é uma publicação bimestral editada pela Assessoria de Comunicação Social do MPDFT - Eixo Monumental - Praça do Buriti- lote 2 – Edifício Sede – Brasília – DF – CEP: 70.091-900. Telefones: (61) 343-9604/343-9601 / 343-9690. Fax.: (61) 343-9754 – <http://www.mpdft.gov.br>.

Procurador-Geral de Justiça: Eduardo Albuquerque
Vice-Procuradora-Geral de Justiça: Nídia Corrêa Lima
Corregedor-Geral: Amarílio Tadeu Freesz de Almeida
Chefe de Gabinete: Andreilino Bento Santos Filho
Diretor-Geral: José Eduardo Sabo Paes

Redação, Diagramação e Fotografia:
Assessoria de Comunicação Social
Revisão: Filemon Félix
Tiragem: 1500 exemplares
Impressão: Gráfica Continental

MPDFT DÁ POSSE A PROMOTORA DE JUSTIÇA ADJUNTA

A Dra. Liz Rocha Liberato tomou posse, no dia 21 de maio de 2001, no cargo de Promotora de Justiça Adjunta, no Salão Nobre do Edifício Sede do MPDFT. A Promotora já integrou o Ministério Público do Estado de Roraima, por três anos, quando atuou junto à 2ª Promotoria Criminal de Entorpecentes e Execução Penal. Foi aprovada em 9º lugar no último concurso de provas e títulos do DF e, atualmente, exerce atribuições na Promotoria de Justiça Criminal de Planaltina. **Na foto**, da esquerda para direita: Corregedor- Geral, Amarílio Tadeu; Diretor-Geral, Eduardo Sabo; Procurador-Geral de Justiça do DF, Eduardo Albuquerque; Promotora de Justiça Adjunta Liz Rocha Liberato; Promotor de Justiça e Presidente da AMPDFT, Leonardo Bandarra, e o pai da Promotora Liz Rocha, José Liberato da Silva.



MISSA DA PÁSCOA



Membros, Servidores e familiares se reuniram para celebrar a Páscoa

Reuniu-se o MPDFT para celebrar a Páscoa, em missa rezada por Dom Terra, em 24 de maio, no Auditório do Edifício-Sede. O momento foi de agradecimento a Deus e de reflexão sobre os verdadeiros valores do ser humano, especialmente dos princípios de Justiça pelos quais tanto pugna o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

A Missa foi organizada pela Promotora de Justiça Maria José Miranda, Procuradora de Justiça Maria de Lourdes e Assessora das Câmaras de Coordenação Margarida Teixeira.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DIREITO AMBIENTAL



Promotora Juliana Santilli, de Defesa do Meio Ambiente

A Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural participou do Seminário Internacional de Direito Ambiental ano III, no auditório do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

No segundo dia do seminário, a Promotora de Justiça Adjunta Juliana Ferraz Santilli discorreu sobre o tema "Patrimônio imaterial: proteção jurídica da cultura brasileira", um dos assuntos debatidos durante o painel. Para Juliana Santilli, seminários desse tipo são importantes no contexto atual: "Cresceu muito, nas últimas décadas, a consciência dos cidadãos sobre a necessidade de conservação dos recursos ambientais para as presentes e futuras gerações. Daí, o interesse de tantos operadores do Direito pelos instrumentos legais de defesa do meio ambiente".

MPDFT E DETRAN: PARCERIA EM DEFESA DO TRÂNSITO

Promotoria de Defesa do Trânsito e Detran contam com a participação dos Promotores de Justiça nas cidades do DF para realização de cursos de reciclagem para condutores envolvidos em delitos de trânsito.

A pedido das Promotorias de Justiça de Delitos de Trânsito, a Divisão de Educação de Trânsito e a Escola Pública de Trânsito do Detran iniciaram um curso de reciclagem para condutores envolvidos em delitos de trânsito.

A participação no curso de Reciclagem de Condutores com Envolvimento em Delitos de Trânsito é um tipo de penalidade alternativa cuja principal meta é prevenir a reincidência nos delitos de trânsito por meio de uma reeducação específica que vai além da prestação de serviço em hospitais ou da entrega de cestas básicas. Para a Promotora de Justiça de Delitos de Trânsito Márcia da Rocha Cruz, é importante levar em conta a personalidade do autor do fato: "Quando nivelamos os infratores, dando sempre o mesmo tipo de pena, não consideramos as suas peculiaridades. Assim, se a pena

não for específica, o infrator continuará cometendo os mesmos erros e nada melhor que o próprio órgão que tem a missão de educação e fiscalização no trânsito dizer à pessoa como ela deve se conduzir ao dirigir", afirma. A Promotora alerta que para o funcionamento efetivo do curso é preciso um número suficiente de inscritos: "A participação de todos os Promotores de Justiça nas cidades do DF é fundamental. É extremamente necessário que, nas transações penais, eles enviem pessoas para o curso que só funciona se a turma estiver completa", diz.

Se houver boa aceitação, a Escola Pública de Trânsito também realizará o trabalho nas satélites. Com uma carga horária de 20 horas/aula efetuadas durante 5 dias letivos, o curso funciona com turmas de, no máxi-

mo, 45 alunos. Os beneficiados com a transação penal serão encaminhados ao Detran por meio de um ofício da própria Vara Criminal, onde deverá constar nome completo, telefone e endereço. O ofício será destinado ao Diretor Geral do Detran, Almir Maia Ribeiro, que agendará, diretamente com o infrator, a data do curso. Não haverá cobrança de taxas ou encargos. A Escola fica na SEPS 706/906, Ed.



As Promotoras de Justiça de Delitos de Trânsito, Kedyrna Almeida Silva e Márcia Cruz

PROCIDADÃ REALIZA ATENDIMENTOS NA RUA

A Promotoria de Justiça de Defesa da Comunidade (Procidadã), sob a coordenação do Promotor de Justiça Newton Valcarenghi, participou da III Feira de Saúde, Lazer e Cultura, realizada pela Administração Regional do Cruzeiro, no dia 5 de maio. Na ocasião, a Promotoria de Justiça realizou orientações jurídicas para os casos que passaram pelo *estande*, como indenização por morte em acidente de trânsito e direitos em casos de abandono.

Participando pela primeira vez da feira, Newton Valcarenghi afirma a validade do evento: "Esse tipo de feira vai ao encontro das atribuições da PROCIDADÃ, que é integrar



Promotor de Justiça de Defesa da Comunidade Newton Valcarenghi

comunidade e Ministério Público". Para o Promotor, a feira também foi a oportunidade para fazer contato com a Administração do Cruzeiro: "Assim,

eles encaminharão para a Promotoria as pessoas que precisam de orientações". Para o Administrador Regional do Cruzeiro, Francisco Pires, a participação da Procidadã foi marcante: "Graças a Deus as coisas estão mudando. Antigamente, quando se falava em Ministério Público sentia-se uma certa distância. Hoje, nós temos o Ministério atendendo aqui na comunidade!", afirma.

A feira, que acontece há três anos, sempre no mês de maio, recebe cerca de 4 mil pessoas. O objetivo é integrar a comunidade por meio de atividades culturais, esportivas e atendimento em estandes especializados.

EM QUE FASE ESTÃO AS FUTURAS SEDES DO MPDFT

PLANALTINA: O termo de cessão do lote foi assinado, no dia 5 de abril, pelo gerente Regional do Patrimônio da União no DF, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Raimundo da Silva Ribeiro Neto, e o Produtor-Geral de Justiça, Eduardo Albuquerque. O terreno possui 1.500 m² e a verba para a construção está incluída no Plano Plurianual do Governo Federal (PPA) de 2002.

PARANOÁ E SAMAMBAIA: o MPDFT já possui declaração da Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap), destinando o lote para o MPDFT. A construção da sede da Promotoria do Paranoá tem verba prevista no PPA de 2003.

BRAZLÂNDIA: O processo de regulamentação de doação do terreno encontra-se em fase final. A Direção-Geral, junto com a Assessoria de Engenharia e Arquitetura, vem trabalhando para que, além da regularização do terreno de 750m² cedido pela Terracap, sejam anexados mais 750 m²

à área destinada à construção da Promotoria de Brazlândia. A verba necessária para a construção está incluída no PPA de 2003.

GAMA: a Direção-Geral está negociando, com a direção da Caesb, a doação de terreno de 4.000m², ao lado do Fórum daquela cidade. De acordo com a Assessoria de Engenharia e Arquitetura, a direção da Caesb manifestou posicionamento favorável ao pleito do MP. Verba incluída no PPA de 2002.

CEILÂNDIA, SOBRADINHO E SANTA MARIA: A partir de negociações com a Terracap, o MPDFT garantiu a cessão de terrenos nestas localidades. De acordo com informações da AEA, atualmente não existem terrenos disponíveis próximos aos fóruns localizados naquelas regiões. O MPDFT aguarda, então, a finalização de estudo de revitalização destas cidades, que vem sendo desenvolvido pelo governo local. A verba para a construção da Promotoria de Sobradinho está incluída no PPA de 2003.



Promotor-Chefe de Planaltina, Daniel de Farias, e Promotora de Justiça Adjunta Maria Dalva Borges recebem o terreno da Sede da Promotoria de Justiça de Planaltina

Antes de se iniciar o recesso legislativo, o Procurador-Geral de Justiça, Eduardo Albuquerque, esteve no Congresso Nacional em reunião com o líder do Governo, Arnaldo Madeira (PSDB/SP), e o presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, deputado Inaldo Leitão (PSDB/PB), visando conscientizar os parlamentares quando à importância do projeto de lei que cria novos cargos de Procurador e Promotor de Justiça no âmbito do MPDFT. De acordo com o Procurador-Geral, o líder do governo afirmou que irá se empenhar para a aprovação do regime de urgência para o projeto, tão logo reiniciem os trabalhos legislativos, em agosto.

MELHORIAS NA ASSISTÊNCIA MÉDICA

AMBULÂNCIA ATENDE CASOS DE EMERGÊNCIA

O SAMO dispõe, agora, de uma ambulância para transportar pacientes em casos de emergência. O veículo está equipado com maca, oxigênio e máscara de nebulização. Ainda será instalado um aparelho único que contém desfibrilador (utilizado para reanimação), eletrocardiógrafo e monitor.

O serviço decorre de convênio assinado, em 27 de abril, entre o MPDFT e o TJDF, com validade de cinco anos. O veículo ficará disponível nos dias úteis, das 12h às 19h.



Interior da ambulância receberá equipamentos especiais

CAMPANHA DE VACINAÇÃO CONTRA VÍRUS DA GRIPE

Cerca de 360 pessoas, entre Membros e funcionários, participaram da campanha de prevenção contra o vírus da gripe, nos dias 14 e 15 de maio, na Seção de Assistência Médico Ambulatorial e Odontológica (SAMO). Na ocasião, também foram feitas medições de pressão arterial, taxas de glicose do sangue e exames de identificação de catarata e glaucoma.

O objetivo foi levantar ocorrências nas referidas especialidades. Assim, os casos que precisarem de exames mais detalhados, ou de um acompanhamento especializado, poderão ser encaminhados aos médicos do SAMO.

COMISSÃO PERMANENTE DE POLÍTICA CRIMINAL INICIA TRABALHOS

A palestra do professor Luiz Eduardo Soares, sobre "Políticas Criminais: Desafios e Perspectivas de Segurança Pública" deu início ao projeto da Comissão Permanente de Política Criminal, de promover estudos e debates sobre a criminalidade no DF. O objetivo é habilitar o MPDFT a transformar-se em Órgão de referência sobre o tema. Segundo o Promotor de Justiça Rogério Schietti, "foi o primeiro passo para que a comunidade e os Membros do Ministério Público despertem para um assunto de tal relevância".

A comissão permanente, criada pela Procuradoria-Geral de Justiça (Portaria n.º 097 de 12/02), é resultado do



A Vice-Procuradora Geral de Justiça, Nídia Corrêa Lima; o Procurador-Geral de Justiça do DF, Eduardo Albuquerque, e o Promotor de Justiça Rogério Schietti atentos à palestra do professor Luiz Eduardo Soares, nacionalmente conhecido pelo seu corajoso e inovador trabalho como Coordenador de Segurança, Justiça, Defesa Civil e Cidadania do Estado do Rio de Janeiro

relatório apresentado pelo Assessor de Política Criminal, Promotor de Justiça André Vinícius de Almeida, após volumoso estudo sobre o "fenômeno criminoso". Os integrantes da comissão são os

Promotores de Justiça Rogério Schietti, Selma Sauerbronn, André Vinícius de Almeida, Maércia de Mello, Márcia Cruz, Bruno Machado, Ivado Lemos, Leonora Pinheiro, Luisa de Marillac e José Theodoro e os Promotores de Justiça Adjuntos Pedro Oto, Andréia Bernardes, Wagner Araújo e Juliana Santilli.

No dia seguinte à palestra, a comissão se reuniu com o professor Luiz Soares para aprofundar o tema. Entre os assuntos, foram discutidos campanhas de desarmamento, proteção de minorias e o modelo novaiorquino de "tolerância zero".

CRIADO CENTRO DE ESTUDOS TÉCNICO-JURÍDICOS



Solenidade de posse da Comissão Diretora do Centro de Estudos Técnico-Jurídicos do MPDFT. Da esquerda para direita: Vice-Procuradora Geral de Justiça, Nídia Corrêa Lima; Diretor-Geral, Eduardo Sabo; Promotor de Justiça Delson Luiz Ferro; Promotora de Justiça Adjunta Juliana Santilli, e Procuradores de Justiça Renato Sócrates e Benis Queiroz Bastos

O MPDFT dispõe, agora, de um Centro de Estudos Técnico-Jurídicos (Portaria nº 397, de 14 de maio de 2001), com atribuições de promover projetos e programas de estudos e pesquisas na área jurídica. O Centro de Estudos apoiará as produções culturais e científicas desenvolvidas pelos Membros, tais como cursos, seminários e grupos de trabalho.

No dia 21 de maio, tomou posse a Comissão designada pelo Procurador-Geral, para coordenar as atuações do Centro de Estudos. Os integrantes da comissão são os Procuradores de Justiça Benis Queiroz — Coordenadora, e Renato Sócrates — Vice-Coordenador; os Promotores de Justiça

Rogério Schietti, Delson Luiz Bastos Ferro e a Promotora de Justiça Adjunta Juliana Santilli — Subcoordenadores.

A Procuradora de Justiça Benis Queiroz está otimista quanto ao projeto: "Estamos entusiasmados. O Centro de Estudos é um trabalho arrojado e abrangente. E acredito que, com a colaboração de todos, os objetivos serão atingidos com eficácia". O grupo vem se reunindo desde o dia 25 de maio, tendo traçado estratégias e realizado contatos importantes para o bom desempenho das tarefas. Por exemplo, o Centro pretende desenvolver parceria com a Fundação Escola e a Associação do MPDFT, consideradas parceiras necessárias no processo de

implementação dos trabalhos a serem desempenhados. Para o Centro, também são importantes as sugestões dos Membros sobre seminários ou grupos de estudos que aprofundem temas de interesse. Dentre as atividades em andamento, está previsto, para o mês de agosto, um curso sobre conscientização em mediação e relações humanas, com o Professor da Universidade de Buenos Aires e integrante da Associação Latino-Americana de Mediação Luiz Alberto Warat. O curso será dirigido pelos Promotores de Justiça Pedro Oto de Quadros e Newton Valcarenghi, tendo o primeiro como coordenador. O evento, de três dias, será encerrado, em almoço, no clube da AMPDFT.

DIREÇÃO-GERAL ESTABELECE CRITÉRIOS PARA CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS



Diretor-Geral, Eduardo Sabo

O MPDFT regulamentou o processo seletivo para a contratação de estagiários de níveis médio e superior. O processo anterior era feito somente através de inscrição. Agora, os interessados deverão inscrever-se para provas e também passarão por entrevista no Departamento de Recursos Humanos. Todos

os candidatos farão prova de Português, enquanto os estudantes de Direito terão, ainda, prova de conhecimentos específicos. Para ser classificado, serão exigidos, pelo menos, 70% de acerto em cada prova. O total de vagas criadas é de 32 para o nível médio e de 28 para o superior. A partir de agosto, o quantitativo de estagiários será de 58 de nível médio e 148 de nível superior.

Para o Diretor-Geral, José Eduardo Sabo Paes, pela primeira vez, o MPDFT está dando oportunidade a todos aqueles que querem estagiar no Órgão e poderão fazê-lo em igualdade de condições.

Para a chefe da Divisão de Desenvolvimento de Recursos Humanos (DDR), Waldelice Poncioni, esse processo representa uma forma democrática de seleção dos estagiários. Uma grande mudança

apontada por Waldelice é o rodízio, de 6 meses, pelas diversas áreas de atuação do MPDFT.

O estágio é de seis meses, prorrogável por, no máximo, dois anos. O candidato convocado, por até 3 vezes para a entrevista, que recusar a lotação ou o horário do estágio, será excluído da lista de classificação, sem poder solicitar remanejamento para o fim da fila.

Foram efetuadas 2.450 inscrições para as vagas de nível médio, e 120 para nível superior, referentes às áreas de Direito, Arquitetura, Ciências Contábeis, Comunicação Social, Serviço Social e Processamento de Dados.

Os estudantes de nível superior deverão ter cumprido 50% da carga horária ou somar os créditos exigidos para a conclusão do curso. Os de nível médio deverão ter concluído o 1º ano do curso.

COMISSÕES DO MPDFT EM ATIVIDADE:

Comissão Permanente de Seleção e Avaliação — criada pela Portaria n.º 543, para analisar o acervo bibliográfico do MPDFT. Integrada pela Procuradora de Justiça Benis Bastos (Presidente) e pelos Promotores de Justiça Marcia Milhomens, Roberto Carlos Batista e Trajano Sousa de Melo.

Comissão para exame do relatório final da CPI do Narcotráfico — criada pela Portaria n.º 243/PG, de 26/03/2001, para examinar o relatório final da CPI, conduzida pela Câmara dos Deputados, destinada a investigar o avanço e a impunidade do narcotráfico. Formada pelos Promotores de Justiça Laura Rito (Coordenadora), Cassio Dupim, Maria Helda Borges e Elizabeth Helena Campos.

Comissão destinada a apurar irregularidades na Câmara Legislativa do DF — criada pela Portaria n.º 446/PG, de 24/05/2001, para investigar a denúncia de que parlamentares da Câmara Legislativa estariam recebendo vantagem econômica para aprovar projetos de lei que modificam a destinação de uso de áreas no DF. Formada pelos Procuradores de Justiça

João Ramos (Presidente) e Maria de Lourdes Abreu; pelos Promotores Mauro Faria, Wilton Queiroz e Anna Maria Amarante, e pelos Promotores de Justiça Adjuntos José Wilson Lima e Alexandre Souza.

Comissão que apura fatos criminosos envolvendo policiais militares — criada pela Portaria n.º 289/PG, de 09/04/2001, para apurar fatos ocorridos em Samambaia, envolvendo Policiais Militares. Formada pelos Promotores de Justiça Nisio Tostes (Coordenador) e Paulo Gomes; pelos Promotores Adjuntos Railson de Oliveira, Renato Varalda e Andrea Sacco.

Comissão para apurar irregularidades na distribuição de lotes do IDHAB — criada pela Portaria 1.048/PG, de 04/12/2000, para examinar o relatório final da CPI, conduzida pela Câmara Legislativa do DF, para apurar supostas irregularidades no âmbito do IDHAB, consistentes no atendimento a cooperativas habitacionais e na distribuição de lotes em desacordo com critérios legais, dentro do Programa "Morar Legal". Formada pelos

Promotores de Justiça José Valdenor Queiroz (Coordenador), Maercia de Mello, Marya Olimpia Pacheco e Leonardo Bandarra, e pelos Promotores de Justiça Adjuntos Nino Franco e Zuleica Elias.

Comissão do Condomínio RK — criada pela Portaria n.º 447/PG, de 09/06/2000, para analisar os procedimentos administrativos n.ºs 08190.056743/99-23 e 08190.026547/99-14, relativos ao denominado "Condomínio RK". Formada pelos Promotores de Justiça Anna Amarante, Rogério Schiatti, Isabel Falcão, Ana Luisa Rivera e pelos Promotores de Justiça Adjuntos Diogenes Lourenço, Juliana Santilli, Ana Luiza Osorio e Zuleica Elias.

Comissão de Alternativas Penais — criada pela Portaria n.º 089/PG, de 12/02/2001, com sede na Promotoria de Ceilândia, para viabilizar a implantação da Central de Penas e Medidas Não-Privativas de Liberdade e de Benefícios da Execução Penal no DF. Formada pelas Promotoras de Justiça Maercia de Mello e Sandra Beze, e a Promotora Adjunta Fabiana Oliveira (Presidente).

EM BENEFÍCIO DO CIDADÃO

Além de garantir a aplicação da lei, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios tem atribuições para atuar em defesa dos direitos da sociedade.

Assim, são fiscalizadas as mais diversas áreas, como educação, saúde, segurança, meio ambiente, família, menores, deficientes, trabalho, espaços e patrimônios públicos, entre outros.

Conheça, agora, algumas recentes medidas tomadas pelo MPDFT em benefício dos consumidores e para impedir a violação de princípios Constitucionais.

PROMOTORIA DE DEFESA DO CONSUMIDOR



Da esquerda para a direita: Advogada Teresa Prado; Presidente da CEB, Rogério Villas Boas; Promotores de Justiça de Defesa do Consumidor Nino Franco e Diógenes Lourenço; Procuradora da República Ana Paula Mantovani e Promotor de Justiça de Defesa do Consumidor Guilherme Fernandes Neto

Reunião promovida pela Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, em 30 de maio, para que os representantes da ANEEL e da CEB explicassem ao MPDFT as medidas adotadas em decorrência do racionamento de energia.

A Promotoria também entregou recomendação ao Procon-DF, para que considerem o Código de Defesa do Consumidor. E está iniciando investigações, junto com as demais Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor do país, sobre os responsáveis pela crise no fornecimento de energia.

ASSESSORIA DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE



Promotor de Justiça Paulo Leite Farias, Assessor de Controle de Constitucionalidade

A Ação Direta de Inconstitucionalidade, movida pelo MPDFT, visa impedir que a Câmara Legislativa contrate, sem concurso público, taquígrafos de nível médio para receber salários como se fossem assessores legislativos (nível superior). A Resolução nº 170, de 10 de maio de 200 (que permite a transposição) viola a Constituição Federal e a Lei Orgânica.

Em outras duas ações, o MPDFT impediu modificações no Plano Diretor Local de Taguatinga. Em uma delas, o MPDFT provou a inconstitucionalidade do artigo 2º da Lei Complementar do DF nº 329/2000, que alterava a destinação de uso de área na Região Administrativa de Taguatinga, para assentamento dos moradores ocupantes da referida área, conhecida como "Invasão do Areal". Na outra ação, o MP impediu a alteração de área na QNL 01. Em ambos os casos, havia infração à Lei Orgânica do DF, que estabelece prazo de 4 anos para modificação do Plano Diretor Local (PDL).

AÇÕES DO MPDFT GARANTEM RESTITUIÇÕES A CONSUMIDORES

Unibanco Leasing Arrendamento Mercantil — em consequência de ação iniciada pelo MPDFT, em junho de 1999, os consumidores que pagaram multa de mais de 2%, ao Unibanco Leasing Arrendamento Mercantil, referente aos contratos de leasing, ganharam, na Justiça, o direito de devolução em dobro. Todos os pagamentos deverão ser feitos em até um ano. E o Unibanco terá que retirar a cláusula referente aos juros dos novos contratos. Os juros aplicados pelo Unibanco eram de 10%, enquanto o Código de Defesa do Consumidor estabelece o máximo de 2%.

Golden Cross — também, devido à "Ação Civil Pública" proposta pelo MPDFT, em 1995, os consumidores de Brasília terão o direito de receber da empresa Golden Cross restituição por valores pagos, indevidamente, em casos de atrasos nas mensalidades. O valor da ação chega a R\$ 1 milhão e 730 mil.

Centro Educacional Vital Brasil — a Ação Civil Pública proposta pelo MPDFT garantiu o direito de devolução, em dobro, aos consumidores lesados, em 1994, pelo aumento irregular das mensalidades do Centro Educacional Vital Brasil, em Samambaia. O valor da ação chega a R\$ 32.000,00.

Shoppings Centers — o MPDFT notificou, em 30 de maio, os representantes dos estacionamento dos shoppings centers de Brasília para audiência, em que foi discutida a cobrança abusiva de multa, no valor de R\$ 15,00, quando o consumidor perder o comprovante de estacionamento. Segundo a Promotoria de Justiça, esse tipo de multa é considerada ilegal por agredir o Código de Defesa do Consumidor, as Leis Federais nºs 7347/85 e 8.078/90 e a Lei Complementar nº 75/93.